

3.3.2 ALDEIA INDÍGENA GUARANI PEGUAO-TY

A aldeia indígena *Peguaó-Ty*, guarani, no interior do PEI, é a única ocupação da Unidade e data de fins de 2001 (ver quadro da cronologia na Tabela 1).

Esta ocupação em sendo discutida em âmbito judicial tendo como pólo ativo da ação, a Fundação Florestal o que, conforme se verá no capítulo de zoneamento, motivou a decisão de apenas localizá-la, sem enquadrá-la em qualquer categoria de zoneamento proposta no Roteiro Metodológico do IBAMA.

A aldeia foi visitada no dia 15/09/08 pela equipe da Geografia/USP.

Denominada Peguaó-Ty (etnia guarani M'Byá), localiza-se nas imediações da base Quilombo, interior do Parque Estadual Intervales (PEI), no município de Sete Barras (Mapa 1). Participaram os seguintes agentes sociais:

- Sr. Luís Eusébio (cacique), Sr. Celso (vice-cacique) e outros representantes da aldeia, incluindo jovens e adultos;
- Equipe da Geografia/USP do levantamento de uso da terra no entorno do PEI.
- Guardas-parque do PEI/FF, encarregados de acompanhar a equipe.

O cacique Luis e o vice cacique Celso, relataram um pouco a origem e o processo histórico da comunidade. Conforme relatos, a aldeia Peguaó-Ty é originária da aldeia Sapucaí, situada em Angra dos Reis. A área demarcada naquele município foi homologada e possui 2.100 hectares, mas existem muitas dificuldades como: improdutividade do solo, falta d'água e a proximidade em relação à área urbana que interferia no modo de vida Indígena. Segundo o cacique “lá era muito alto, muita pedra, não tinha como desenvolver roça - não queremos perder as plantas que vem da origem do mundo”.

Diante destas dificuldades, parte do grupo dos indígenas migrou à procura de outro lugar para sobreviver e praticar a agricultura de subsistência (cerca de 300 pessoas permaneceram na aldeia Sapucaí). Este processo migratório está na raiz da cultura guarani, em sua busca da “Terra Sem Males”.

Um dos critérios de escolha do local foi a disponibilidade de água e isolamento da área urbana, para manter os seus conhecimentos e modo de vida. O cacique disse que eles acreditam muito nas crianças e em Deus, que as enviou, por isso eles têm que ter espaço e tranquilidade para viver. Seu Deus, denominado “Nhanderu”, revela o lugar onde podem viver com saúde, assim o local é onde Deus manda.

Atualmente na aldeia Peguaó-Ty, vivem cerca de 20 famílias com 90 pessoas. Os representantes guarani disseram que vivem muito bem na atual aldeia, possuindo abundância de água e espaço para plantio. Contam com o apoio do CTI (que disponibiliza sementes), da FUNAI, FUNASA, CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e da Diretoria de Ensino de Registro, vinculada à Secretaria Estadual de Educação.

Durante a entrevista e posterior visita ao núcleo central, nos chamou muito a atenção, o fato de eles receberem alimentações industrializadas, pois constatou-se muito resíduo, tais como latas de alimentos distribuídas pelo chão da aldeia.

O cacique e o vice-cacique se mostraram muito preocupados com a dificuldade da vida dos indígenas, por isso solicitam ao governo a verdade e o respeito ao ser humano; também disseram que se preocupam com os problemas relacionados às questões climáticas atuais.

Preocupam-se também com a dependência da alimentação, oriunda do mercado, por isso consideram fundamental o plantio e coleta de seus próprios alimentos.

Ao se referirem à aldeia em Angra dos Reis, enfatizaram as condições climáticas adversas e a falta de água, além das dificuldades para o plantio e uma colheita que fosse satisfatória.

Segundo o cacique Luís: “o clima é bom, chove bastante, a terra é boa, as crianças têm saúde, e tudo o que se planta dá (...). Tem pouca visita, isso é bom, pois o jovem não sai do local”.

O plantio é feito utilizando tecnologia tradicional guarani, com sementes, destacando-se variedades de milho guardadas de geração para geração. O cacique Luís mostrou aos visitantes da aldeia algumas espigas que simbolizam a tradição e cosmologia guarani: “Antes de plantar o milho pára na casa de reza. Depois de colhido, o alimento também passa para o pajé antes de ser consumido”.

Eles cultivam feijão de corda, cujo plantio é realizado em setembro.

Quanto à caça, disseram que pela extensão do Parque existem muitas variedades de animais e pássaros e por isso a caça ainda é possível, mas com certo cuidado, por isso, conforme Luís: “não matamos de monte, apenas para consumir (...) No parque existe grande quantidade de animais como anta, bugio, quati (...) e respeitamos a época de cria”.

Com relação à extração clandestina do palmito juçara, acreditam que o governo possui condições de apoiar medidas de resolução do problema, evitando o corte de exemplares jovens da palmeira. Falaram que: “os caçadores não preservam a caça, há falta de respeito, pois existe uma época certa para caçar”. Os indígenas disseram que preservam muito a caça, respeitam a montanha, a cachoeira, porque acreditam que tudo tem seu espírito. Em um período de 2 ou 3 anos, os palmiteiros também cortaram todo o palmito da aldeia. Relataram um caso ocorrido: “cortaram o palmito e botaram fogo na casa do Mantino, queimaram a casa e roubaram a moenda”. Também consideram que se deve dar mais oportunidade para os jovens carentes dos bairros. “Os jovens tiram palmito porque não tem oportunidade”.

Com relação à saúde na aldeia não existe posto de saúde. Em caso de doença na aldeia, se for considerada espiritual, passam pelo Pajé, caso contrário encaminham ao atendimento médico na cidade.

A equipe teve a oportunidade de conhecer uma senhora de 95 anos que é a parteira da aldeia e que está muito bem de saúde. A maioria das crianças nasceu na aldeia.

Eles destacaram a necessidade de um postinho de saúde, de equipamentos e de local adequado, bem como a construção de uma escola. Segundo o vice-cacique “sem ter saúde e escola é ser fora da lei”. O cacique Luís destacou a necessidade da escola, possibilitando acesso à educação bilíngüe e diferenciada, ressaltando que o índice de mortalidade infantil na aldeia é baixo (duas crianças nos últimos sete anos).

Ressaltaram constantemente a necessidade de cuidar e proteger o PEI, por isso não participam da extração ilegal de palmito na mata e caçam para consumo próprio. Os extratores clandestinos de

palmitos que atuam na área, segundo os líderes guaranis, extraem o palmito de forma intensiva e costumam caçar e vender a caça na região.



Foto 65 - Reunião da equipe com lideranças guaranis da Aldeia (Foto: Mauricio A. Marinho)



Foto 66 - Casa de apoio a atendimento de saúde com painel fotovoltaico (Foto: Mauricio A. Marinho)



Foto 67 - Cacique Luis Eusébio com espigas de milhos guaranis, guardados de geração para geração (Foto: Mauricio A. Marinho)



Foto 68 - Espigas de milho tradicional guarani, plantados nas roças e guardados de geração para geração (Foto: Mauricio A. Marinho)

Consideram necessária a demarcação e identificação da aldeia. “Queremos uma área mais ou menos grande, mas não é para destruir; nós temos de proteger a mata da floresta”.

Sobre a FUNAI, segundo o cacique Luís: “precisa estar mais ligada ao governo do Estado para garantir que o índio não vai desmatar”. Destacou também o problema de plantio de eucalipto em propriedades vizinhas ao parque e que causam grande impacto no PEI.

Com relação às expectativas quanto ao Parque esperam que este atenda às suas demandas em relação à construção da escola, do posto de saúde, bem como a possibilidade de contratação de guaranis para cuidarem da área, além de participarem de projetos de manejo de palmito juçara e contarem com apoio técnico para implantação de viveiros de mudas.

A seguir destacam-se os principais eventos relacionados à ocupação e configuração territorial da aldeia Peguao-Ty, referente ao processo de construção da escola pública estadual na aldeia. Não constam no referido documento as medidas jurídicas e processuais que visam a resolução de conflitos e as tentativas de acordo referentes ao aldeamento guarani no interior PEI:

Tabela 1. Cronologia da ocupação da Aldeia Peguao-Ty em área interna ao PEI, base Quilombo, Sete Barras, SP (organizada por Maurício A. Marinho)

Data	Eventos relacionados
Fins de 1999 e 2000	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ocupação de cinco famílias (18 pessoas) nas imediações da base Quilombo/PE, lideradas pelo cacique guarani Ailton Garcia (provenientes de ocupação na Estação Ecológica Juréia-Itatins) e que realizaram bosqueamento inicial de floresta em estágio avançado de regeneração. ✓ Mudança da aldeia para sopé de encosta (entre o rio Quilombo e o córrego Manoelzinho), com desmatamento de área de 9 hectares de floresta em estágio avançado; ampliação de famílias (32 pessoas) - com construção de casas e abertura de roças de subsistência e caça de animais silvestres (aves e pequenos mamíferos).
2001 - 2002	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em setembro de 2001 registra-se um total de 24 famílias e 92 pessoas ocupantes. ✓ Chegada em março de 2002 de guaranis M'byá liderados pelo cacique Karai, provenientes da aldeia do Bracuí, Angra dos Reis, RJ, com cerca de 60 novos ocupantes; saída parcial em maio/2002 de famílias da ocupação anterior (em direção a Santa Catarina). ✓ Em novembro de 2002 registra-se um total de 122 pessoas na aldeia, perfazendo cerca de 13 hectares de floresta suprimida (entre 1999 e 2002) para instalação de roças de subsistência, com introdução de espécies exóticas e plantio de palmito juçara (<i>Euterpe edulis</i>).
2003 - 2004	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em agosto de 2003 é aberta a escola estadual indígena, oficializada pelo Decreto Estadual 48.350, de 09.03.2004. ✓ Em fevereiro de 2004 registra-se a presença de 18 famílias, totalizando 112 pessoas entre adultos, jovens e crianças; a continuidade das roças de subsistência, com plantio de palmito juçara (<i>Euterpe edulis</i>) e pupunha em meio às culturas temporárias. Neste período constata-se a redução das atividades predatórias relativas à caça - atividade essa controlada pelas equipes de guarda-parques do PEI (desmonte contínuo de armadilhas).
2005 - 2006	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em junho de 2005 ocorre corte de grande quantidade de espécies plantadas de palmito juçara (<i>Euterpe edulis</i>) e incêndio criminoso de casa do Senhor Adamantino da Silva, morador da aldeia, por parte de extratores clandestinos de juçara - objeto de IPL nº 5-142/2006, lavrado na Delegacia Federal de Santos/Departamento de Polícia Federal. ✓ Em julho de 2006 tem início a parceria entre a FF e o Departamento de Geografia/FFLCH/USP para elaboração do plano de manejo do PEI.
2007-2008	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Em setembro de 2007 uma equipe da Geografia/USP realiza visita no aldeamento indígena, por ocasião de levantamento do uso da terra no entorno do PEI. Registram a presença de cerca de 90 moradores e fazem levantamento sobre atividades realizadas na aldeia. ✓ Vistoria técnica interinstitucional realizada no aldeamento em 8/02/08